

# RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE RISCO NAS PESQUISAS E PRÁTICAS VOLTADAS À INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Maria Aparecida Gomes França<sup>1</sup>

Magda Dimenstein<sup>2</sup>

Maria Helena Zamora<sup>3</sup>

## Resumo

O objetivo desse trabalho é discutir a gênese do conceito de *risco* e seu uso por várias disciplinas do campo das ciências sociais e da saúde e, também, apontar como vem sendo usado para definir práticas em relação à infância e adolescência. Não se trata apenas de demonstrar diferenças de significados que o termo adquiriu na história, mas de observar algumas implicações políticas que determinadas noções de *risco* assumem. Em segundo lugar, empreender uma crítica à naturalização da noção contemporânea quantitativista de *risco*, assim como ressaltar suas conseqüências, propondo outras direções para o campo das intervenções no corpo social. Tomamos, pois, o *risco* como uma prática discursiva, que como todas as demais, é construída histórica e culturalmente.

Palavras-chave: risco, infância, práticas sociais

## Summary

The purpose of the present study is to discuss the genesis of the concept of *risk* and its use by several fields related to the areas of social sciences and health, and also to point out how it has been used to define practices concerning children and youth. This study is not only about demonstrating differences between meanings acquired by the term throughout history, but to observe some political implications that certain notions of *risk* assume. Secondly, it attempts a criticism about the naturalisation of the quantitative contemporary notion of *risk*, as well as emphasising its consequences, suggesting new directions for the fields of intervention in the social body. Thus, we have taken *risk* as a discursive practice, that as all the others, is historically and culturally built.

Key words: risk, childhood, social practices



### 1. As Mutações da Palavra

“Viver é negócio muito perigoso”  
(Guimarães Rosa)

O objetivo do presente texto é discutir a gênese do conceito de *risco* e seu uso por várias disciplinas do campo das ciências sociais e da saúde e também apontar como vem sendo usado para pensar as práticas sobre a infância e adolescência. Em segundo lugar, objetivamos empreender uma crítica à naturalização da noção contemporânea de *risco*, assim como ressaltar suas conseqüências, propondo outras direções para o campo das intervenções no corpo social.

Para tanto, apresentaremos uma trajetória do conceito de *risco*, tomando como referência o advento da Idade Moderna até os dias atuais. Procuraremos observar alguns usos da noção de *risco* em algumas áreas de pesquisa e conhecimento acadêmico. Conforme Rehmann-Sutter (1998), não se trata apenas de demonstrar diferenças de significados que o termo adquiriu na história, mas de observar algumas implicações políticas que determinadas noções de *risco* assumem.

*Risco* vem sendo estudado, no campo da Epidemiologia, das Ciências Sociais, da Psicologia, da Engenharia, da Geografia. O termo *risco* tem aparecido nas publicações científicas e na mídia, bem como tem sido a justificativa de propostas e programas governamentais e não governamentais de forma abundante nos últimos 30 anos (Castiel, 1999; Guivant, 1998; Puy, 1995; Douglas, 1985; Spink, 2000). Há, nos Estados Unidos, agências como a EPA, a FDA e a OSHA<sup>4</sup>, que têm utilizado os estudos técnicos de *risco*, produzidos pela Epidemiologia, Psicologia, Economia, Direito e pelas Engenharias, os quais têm servido como parâmetro para as políticas de outros países (Guivant, 1998).

Com efeito, *risco* é um signo (entendido aqui enquanto palavra) que vem produzindo diferentes construções. Sabemos que a palavra apresenta uma função no campo da linguagem, que é a de conferir sentido e possibilitar o compartilhar das práticas sociais (Mrech, 1999). O sentido, tal como a palavra, é uma construção social, “um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constróem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (Spink & Medrado, 2000:41). Considerar o signo uma palavra é compatível com a noção de práticas discursivas, entendidas enquanto “linguagens em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas” (Spink e Medrado, op. cit, 45). Tomamos, pois, o *risco* como uma prática discursiva, que como todas as demais, é construída histórica e culturalmente.

O conceito de *risco* tem sido estudado por muitos pesquisadores, principalmente dos Estados Unidos e países europeus. No entanto, no Brasil, na



pesquisa em Ciências Sociais e na Psicologia, em particular, os estudos começaram a se intensificar a partir da década de 90 do século passado. Os trabalhos que mais se destacam com enfoque na questão dos *riscos* no campo da Psicologia são das áreas da Psicologia da Saúde e da Psicologia Ambiental, como os estudos de Spink (1997) e Einsenstein & Souza (1993). Nas Ciências Sociais, no Brasil, destacamos o trabalho de Guivant (1998), que aponta os caminhos percorridos pela noção de “*risco*” a partir de duas perspectivas: uma quantitativista em termos dos determinantes culturais e outra ancorada nas contribuições de Ulrich Beck e Anthony Giddens, os quais tomam o conceito de “sociedade de *risco*” como elemento central de análise do contexto atual. Tais perspectivas serão abordadas mais adiante.

O conceito de *risco* está sempre associado à perspectiva de perigo ou dano, como, por exemplo, para os autores Fritzsche (1997) e Ossenbruggen (1998), cujo conceito de *risco* é o valor de expectativa da possibilidade de perda ou dano, é uma medida de um aspecto de perigo ou é definido como a perda esperada ou dano associado com a ocorrência de um evento prejudicial.

Carter, citado por Castiel (1999:38), refere que durante o ano de 1993, a palavra *risk* (*risco*) aparece aproximadamente 15 mil vezes em referências citadas na base de dados Excerpta Medica. Os peritos partem de uma significação de *risco* ancorada numa suposta objetividade do vocábulo, mas não observam a mutação e, ao mesmo tempo, a centralidade daquilo que estão justificando – o *risco* de – para implantação e implementação de ações que podem mudar a forma de viver dos cidadãos envolvidos. Eles se baseiam quase sempre na concepção quantitativista de *risco*.

Observamos também que tanto a hermenêutica (sentido) quanto “as práticas discursivas” do *risco* não são consideradas na implantação de políticas públicas (de educação, erradicação do trabalho infanto-juvenil, saúde, etc.) no Brasil. Em geral, elas estão baseadas em uma dimensão do conceito de *risco* construída pela Epidemiologia Quantitativista, sem considerar as construções sociais implicadas na utilização do signo, como aponta a Epidemiologia crítica e as abordagens socio-qualitativas do *risco*.

No principal dicionário brasileiro da língua portuguesa (Ferreira, 1986:1512), há dois verbetes sob a denominação *risco*. O primeiro diz que *risco* é o traço, sulco pouco profundo na superfície de um objeto; delineamento, traçado, esboço; o projeto, a planta ou plano de uma construção. Este conjunto de significados são provindos do latim *resecare*, “cortar separando”. No segundo verbete do referido dicionário, *risco* provém do latim “*risicu*, *riscu*”, também do latim *resecare*, ou do espanhol *risco*, penhasco alto e escarpado. *Risco* é “perigo ou possibilidade de perigo; possibilidade de perda ou de responsabilidade pelo dano”. O registro da palavra *risco*, em espanhol, data do século XIV, mas ainda não tinha a conotação de perigo que se corre ou possibilidade de algum evento acontecer. Atualmente, os vocábulos nos dicionários de tradução, em vários idiomas, trazem esta segunda acepção de perigo: em



francês, *risque* é aventura (Corrêa, 1961:523); em espanhol, *riesgo* é azar, perigo; contingência (Pereira, 1996:270); em inglês, *risk* é perigo, arriscar, expor ao perigo, aventurar-se (Serpa, 1983:595).

A partir da segunda acepção da palavra *risco*, aparece mais claramente o uso moderno de *risco* como possibilidade, mas não como evidência imediata. Assim, *risco* incorpora uma dimensão que o identifica entre o provável e o improvável: pressupõe alguma forma de apreender a regularidade dos fenômenos e uma outra dimensão que está ligada à esfera dos julgamentos: *risco* pressupõe colocar em jogo algo que é valorizado (Spink, 2000).

É a partir da segunda significação que pesquisamos o uso do vocábulo *risco*, tomando-o em sua acepção moderna. No entanto, em nossa análise das produções de sentido, significados e significantes, não deixaremos de retomar os vários significados e suas múltiplas significações, pois entendemos que o uso de um vocábulo, mesmo parecendo estar se referindo a uma acepção específica, dependendo do contexto, poderá ter uma nova significação em que os dois significados confluem.

## 2. O conceito de Risco na Epidemiologia

Numa perspectiva crítica da Epidemiologia, Almeida Filho (1992), fazendo uma arqueologia do conceito de *risco*, aponta para a ambigüidade que o termo evoca que é a incorporação da noção de “perda” e de “ganho” no jogo. Segundo Spink (1997), o sentido moderno de *risco* foi associado inicialmente à probabilidade de ganho no jogo (*gambling*) – noção corrente do século XVII. No âmbito dos seguros navais – já no século XVIII – e para o domínio dos investimentos econômicos no século XIX, encontramos *risco* com a preservação do equilíbrio entre probabilidade de ganho ou de perda.

Alguns dos vários sentidos e significados de *risco* são incorporados pela ciência e, embora derivados daqueles apresentados nos dicionários, passam a ter novas e diversas conotações. Enfim, *risco* passa do uso leigo ao uso científico, não configurando apenas a incorporação de um léxico a um corpo de conhecimentos, mas tendo desdobramentos importantes na vida em sociedade, na construção de saberes, valores e modos de vida.

É na Epidemiologia que encontramos, no Brasil, um estudo que contempla o discurso epistemológico do *risco*. Destacamos aqui o estudo de José Ricardo Ayres, intitulado “Sobre o *risco*: para compreender a Epidemiologia”, de 1997. Ayres faz um estudo sobre a emergência e as implicações do conceito epidemiológico de *risco*, campo em que o *risco* vai encontrar abrigo e, ao mesmo tempo, ser paradigma. De acordo com Rouquayrol & Goldbaum (1999), Epidemiologia

“é a ciência que estuda o processo saúde-doença em coletividades humanas, analisando a distribuição e os fatores determinantes das enfermidades, danos à saúde e eventos associados à saúde coletiva, pro-



pondo medidas específicas de prevenção, controle e erradicação de doenças, e fornecendo indicadores que sirvam de suporte ao planejamento, administração e avaliação das ações de saúde” (p.15).

A característica marcante em todos os conceitos de Epidemiologia que pesquisamos aponta para uma dimensão pragmática, implicando ações como “prevenção”, “controle” e “erradicação”, constituindo estes dois últimos os seus principais objetivos (Fletcher, Fletcher & Wagner, 1989; Penna, 1997; Almeida Filho, 1993; Ayres, 1993). Na atualidade, a Epidemiologia vem planejando ações coletivas que visem à defesa da saúde e à humanização das sociedades (Breilh, 1994). Segundo Ayres (1997:128), já em 1921, com o lançamento do *American Journal of Hygiene* (AJH), “embora, não assuma o sentido preciso de ‘controle’, essa ênfase primordial na intervenção técnica é, certamente, um dos primeiros sinais da conformação que irá dominar a pragmática discursiva da Epidemiologia do *risco*”.

A Epidemiologia é considerada o eixo da saúde pública, seu campo de atuação é o processo saúde-doença (Rouquayrol & Goldbaum, 1999:15). Nesse campo, o conceito de *risco* adquiriu centralidade, chegando a adjetivar e, posteriormente, a substantivar a Epidemiologia o que, entre outros aspectos, tem provocado críticas e possibilitado o surgimento de novas correntes dentro de seu campo.

Encontramos na Epidemiologia da constituição, as raízes do discurso do *risco*. Trata-se de uma Epidemiologia com caráter regulador, que se constituiu do final do século XIX até, mais ou menos, os anos 20 do século XX. Até esse período, o que havia era “Epidemiologia da doença”, um modo constitutivo do comportamento da doença. Mas ela também apareceu, durante o mencionado período, numa forma adjetivada como “comportamento epidemiológico”, “controle epidemiológico”, “situação epidemiológica”, “importância epidemiológica”. Tanto substantivada como adjetivada, as duas formas encontram-se no discurso epidemiológico, até os dias atuais (Ayres, 1997).

A noção de *risco* vai substituir gradualmente, na Epidemiologia moderna, o conceito de “meio externo”, que predominou no início da constituição do discurso epidemiológico. *Risco*, surge portanto, na Epidemiologia dos anos 20, como o herdeiro tardo-moderno do conceito de *meio*. Podemos defini-lo como a atualização tecno-pragmatista do interesse moderno em juízos de fato relativos ao espaço público da saúde. Observemos a tendência: à proporção que *meio* vai se rarefazendo conceitualmente, o *risco* vai se adensando. À medida que o *meio* vai sendo marginalizado na estrutura argumentativa da Epidemiologia, o *risco* vai definindo sua centralidade nesta argumentação (Ayres, 1997).

Mas qual é o conceito de *risco* construído e adotado pela(s) Epidemiologia(s)? Ayres (1997:203) consultou a bibliografia da área sobre o significado de *risco* e chegou à conclusão que “toda ela aponta para sua estreita associação com o ato ou efeito de um sucesso incerto e potencialmente



indesejável”. Daí *risco* como sinônimo de perigo. De fato, em português brasileiro, a segunda acepção do verbete aproxima-se mais do significado tomado pela Epidemiologia. Assim, *risco* é a probabilidade de ocorrência de um evento que cause dano.

A partir da década de 30 do século passado, a Epidemiologia foi passando por uma mudança em relação ao período anterior, do final do século XIX até os anos 20 do século XX, haja vista um deslocamento do caráter populacional do objeto da Epidemiologia, do conceito de meio externo para o da suscetibilidade ou situação de ameaça ou dano a que a disposição espaço-temporal de doentes e não-doentes expõe as populações. Houve, também, uma radical mudança do discurso de definição populacional para o da suscetibilidade, que após a II Grande Guerra, passa para o discurso da associação de eventos. Nessa perspectiva, a *suscetibilidade* vai sendo confundida com o *risco*, “as relações infectantes/suscetíveis vão sendo confundidas com as idéias de “sujeição ao destino”, de “correr um perigo”. Entre 1930 e 1935, os termos são usados nas comunicações e artigos científicos com o mesmo sentido de qualificar a ‘exposibilidade’ quantitativamente aferida de suscetíveis a infectantes (Ayres, op. cit., 226).

*Risco*, inicialmente, aparecia no discurso epidemiológico como as chances de infecção, passando posteriormente a ser entendido como “um diferencial de oportunidades de quaisquer eventos ligados a uma doença ou condição entre indivíduos de grupos comparáveis” (Ayres, op. cit., 232). O que se limitava ao *risco* de infecção passa a tomar parte em vários outros campos referentes à saúde, como *risco* de tais doenças crônicas em tal população, em tal faixa etária.

A passagem do discurso da suscetibilidade ao discurso de associação de eventos vai conferir um “novo estatuto para o *risco*, mais central na argumentação, mais formalizado em sua expressão discursiva” (Ayres, 1997:271), assumindo, ele próprio, a expressão quantitativa das relações de necessidade de que trata a Epidemiologia. A retórica do “estar sob *risco*” (at risk) não faz mais sentido na semântica da associabilidade e essa construção lingüística vai rareando na literatura epidemiológica: “Ela vem ser substituída pela construção ‘dado x o *risco* é y (the risk of...is)’. Não se está ‘sob *risco*’; o *risco* não é encontrado, ele é formulado; não se identifica um *risco*, atribui-se um *risco*” (idem, 282-3).

Na Epidemiologia calcada no *risco*, a matemática vai validá-lo e será a fonte de identidade das construções epidemiológicas. Logo, *risco* passa a ser designado sob várias formas, como também passa a designador de aspectos de alguns fenômenos, obtendo na matemática a luz para sua validação.

O conceito de *risco* é, com as características delineadas pela Epidemiologia tradicional, utilizado pela maioria dos estudiosos de vários outros campos do conhecimento como Controle Ambiental, Psicologia Comportamental, Psicométrica, Direito, Economia, etc. Na busca de quantificação dos fenômenos relacionados ao processo saúde-doença e, por



sua vez, para quantificar o processo de tomada de decisões, através do cálculo do chamado “grau de certeza”, a clínica moderna começa a se constituir como uma ideologia científica (Almeida Filho, 1993), passando a ter hegemonia sobre vários campos do saber e das práticas, na sociedade moderna. Os conceitos desenvolvidos sob sua égide são incorporados como verdades inquestionáveis por fazerem parte de um campo legitimado pelos métodos de busca de exatidão do positivismo.

As concepções de *risco* que permeiam as práticas sociais têm, nessa ciência, o aparato ideológico legitimador da clínica epidemiológica. *Risco* representa um “modo de compreender e de medir a probabilidade de ocorrência de um determinado dano à saúde” (Briceño-León, 1998:121); ou “probabilidade de ocorrência de algum evento indesejado” (Einsenstein & Souza, 1993).

Estudos sobre *risco* passaram a fazer parte das pesquisas em Epidemiologia e tornaram-se centrais para o desenvolvimento de políticas públicas, chegando a consistir uma política específica para controle dos *riscos*. Com efeito, diversas instituições foram criadas para regular e controlar *riscos*. Atualmente, são desenvolvidas pesquisas em várias áreas tomando o paradigma de *risco* da Epidemiologia como eixo para os seus estudos e ações, engendrando uma vasta gama de técnicas para a avaliação dos *riscos* nos mais diversos setores da vida, uma teoria cultural do *risco* e muitos especialistas no assunto, com suas comissões avaliadoras, instrumentos de regulação e livros sobre *riscos* variados (Spink, 2000).

Existe, pois, uma teoria hegemônica do *risco*, aquela que o considera como algo possível de quantificar e objetivar e inquestionável em sua definição e apresentação. Essa visão percebe *risco* como se sempre tivesse existido tal como se apresenta hoje. Dessa forma, *risco* se torna um conceito *natural*, podendo ser determinado por sistemas especialistas, sem que se leve em consideração indicadores histórico-culturais para ações destinadas ao controle dos eventos.

Os estudos que debatem a questão da objetividade (*risco* real avaliado pelos especialistas) e da subjetividade (percepção pela população leiga) dos *riscos* têm gerado muitas polêmicas. Os critérios de objetividade são, em sua maioria, baseados na perspectiva quantificadora dos *riscos*. O campo das Ciências Sociais está na vanguarda, na demonstração de que tanto a avaliação da população em geral, quanto dos especialistas não estão isentos de julgamentos, de subjetividade (Fischhoff, 1994, Valverde Jr., 1991; Shrader-Frechette, 1990, Rehmann-Sutter, 1998).

Em suas críticas sobre a noção de *risco* como um conceito que significa perigo e, que, portanto, é passível de ser quantificado, Valverde Jr. (1991) questiona se a noção de *risco* tem uma utilidade prática; se é um conceito irreduzível e como poderia ser definido e examina como pensamos e vivemos *risco* na contemporaneidade. De acordo com o autor, o princípio da probabilidade desempenha um papel essencial e estrutural na análise e administração



de *risco*, no entanto, não se pode ficar preso à questão da quantificação. Diz que vários aspectos, que se referem à objetividade e à subjetividade se encontram nas questões que envolvem a análise de *risco*. Advoga ainda que aqueles campos do conhecimento que procuram uma certeza completa em assuntos que envolvem a questão de *risco* e segurança humana, ambos em princípio e em prática, são fundamentalmente inviáveis.

Apesar de Valverde Jr. acreditar em uma abordagem qualitativa do *risco*, seu enfoque ainda é a concepção de *risco* enquanto perigo. Essa concepção ajudaria o homem a conviver com a necessidade de sempre mudar o ambiente incerto. Ele diz que o homem, desde antes da Idade Moderna, sempre procurou conhecimentos e informações fidedignas sobre seu ambiente, motivado pelo desejo primitivo de sobrevivência, o qual aumentou sua qualidade de vida e, em troca, deu lugar à noção de *risco*<sup>5</sup>.

No Brasil, Castiel (1999) faz a diferenciação entre as noções de *risco* real (atual) e *risco* virtual (percebido). O *risco* virtual seria aquele que não aparece explicitamente, mas existe enquanto latente, podendo ou tendo a virtude de chegar a realizar-se, de produzir algum agravo.

Castiel ressalta a contribuição da teoria culturalista e da teoria da modernização reflexiva para uma relativização do conceito de *risco* introduzido pela Epidemiologia tradicional. No campo da Psicologia Social, Spink (2000) e das Ciências Sociais, Guivant (1998), também vão acentuar a teoria da modernização reflexiva, através dos construtos de Beck e Giddens, que apresentam críticas consistentes à abordagem meramente quantificadora do *risco*. Assim, vamos nos deter nas análises realizadas por estes dois sociólogos.

### 2.1. Risco nas ciências sociais e na Psicologia Social

Por que unir as Ciências Sociais e a Psicologia nesta análise? Primeiro, devido ao fato de termos percebidos que Spink e Guivant tomaram as considerações dos mesmos estudiosos, a saber: Beck, Giddens (teoria social do *risco*) e Douglas (teoria cultural do *risco*). Em segundo lugar, porque os campos da Psicologia Social Crítica perpassam e, muitas vezes, se confundem com o campo das chamadas Ciências Sociais<sup>6</sup>. Por fim, as perspectivas adotadas por esses dois campos diferem das apresentadas e defendidas pela Epidemiologia Clínica, que toma para a sociedade uma concepção de *risco* naturalizada, sem questionar a sua centralidade hoje como advinda de um processo sócioeconômico em movimento com as subjetividades.

Guivant (1998) apresenta uma trajetória das análises de *risco*, tomando como ponto de partida a perspectiva culturalista, de Mary Douglas, até chegar à teoria social, de Beck e Giddens. Segundo a pesquisadora, estes dois últimos deram uma contribuição decisiva para que o conceito de *risco* assumisse um lugar central nas Ciências Sociais, diferente do enfoque culturalista dado por Mary Douglas.



Mary Douglas é apontada por Guivant (1998), como uma das primeiras estudiosas a questionar a perspectiva quantificadora na análise dos *riscos*, estabelecendo as bases para a teoria cultural dos *riscos*. Em seu livro “Risk acceptability according to the social sciences” (1986), Douglas mostra que o debate sobre *risco* envolve questões de justiça social. A autora assevera que parte do tópico da aceitabilidade de *risco* é negligenciada e descreve o surgimento de uma nova subdisciplina dedicada à percepção do *risco*, que teve origem na Ecologia, Psicologia e Economia. Ela afirma ainda que as discussões sobre percepção de *risco* na Psicologia devem ter uma dimensão social, pois nem sempre os especialistas<sup>7</sup>, com seus saberes, esclarecem as questões.

Em sua teoria, Douglas mostra, também, como o *juízo moral* está envolvido com a percepção de *risco* em nossa sociedade, visto que a percepção não é algo natural. Por último, apresenta o desenvolvimento de como a percepção de *risco* é utilizada pelas instituições sociais, afirmando: “Instituições usam o assunto de *risco* para controlar as incertezas do comportamento humano, reforçar normas, e ter facilidade em sua coordenação”<sup>8</sup>. Ademais, acentua que a definição de *risco* para uma sociedade tem a ver com aspectos relacionados à moralidade.

A autora relativiza a posição de todos os especialistas que procuram avaliações cada vez mais objetivas, centradas numa busca em quantificar, estimar e entender a percepção de *riscos* das populações. Sem dúvida, o que esta antropóloga traz de novo para o questionamento sobre a abordagem do *risco* é a necessidade de criar instrumentos de investigação que privilegiem as construções da população a respeito de *riscos*, considerando seus aspectos sociais, o que inclui abranger as especificidades culturais, econômicas e subjetivas das populações, sem querer universalizar as conclusões através de estudos quantitativistas e psicométricos.

Assim, sua “teoria cultural dos *riscos*” tem embasamento no sócio-construtivismo, ou seja, para ela os indivíduos são organizadores ativos de suas percepções. O que vai prevalecer é justamente o significado que cada pessoa, cada cultura dá aos fenômenos. As descobertas científicas sobre um fenômeno e como os especialistas consideram que se deve lidar com ele não são, necessariamente, os norteadores de como lidar com uma certa questão, por exemplo, o *risco*.

Mary Douglas também faz críticas à forma pela qual a abordagem técnica estuda as instituições. A inevitabilidade de um conceito relativo de segurança deveria ser incorporada pelas instituições sociais, em lugar de uma aversão radical aos *riscos*, que leva ao desenvolvimento de medidas antecipatórias que podem gerar um falso senso de segurança ao deixar de considerar a possibilidade de acontecimentos inesperados. Uma forma de lidar com os *riscos* seria fazer com que as populações potencialmente afetadas tivessem acesso a eles como questões políticas e não como problemas ‘purificados’ pela ciência, apresentados em fórmulas probabilísticas.



Já segundo a análise de Guivant (1998), a teoria cultural do *risco*, de Mary Douglas, apesar de original, pouco contribuiu para uma reflexão das estratégias de controle dos *riscos*. Guivant enfatiza que o relativismo cultural da teoria citada traz dificuldades em relação às políticas de regulação e controle dos *riscos*. Apesar da crítica, entendemos que Douglas dá início a questionamentos e reflexões na área de controle e regulação de *riscos*, principalmente quando acrescenta a importância de se levar em consideração as opiniões dos grupos envolvidos na política da área mencionada.

Castiel (1999) assinala que a perspectiva culturalista de Douglas contribui para um melhor entendimento da questão do *risco* que pode ser mais bem entendido como um *constructo* instituído historicamente e culturalmente. Aproximando-se das contribuições de Douglas quanto ao relativismo dos *riscos*, Castiel assevera: “Enfim, se pode haver uma certeza estabelecida acerca das verdades sobre os *riscos*, é a de que estas são relativas...” (p. 66).

Guivant aponta como fundamentais as construções de Ulrich Beck e Anthony Giddens na análise da sociedade contemporânea, por trazerem a análise dos *riscos* para o centro da teoria social. Um conceito central nos construtos de Beck e Giddens é a caracterização da sociedade contemporânea como “sociedade de *risco*”. Beck (1997a) diz que a sociedade contemporânea é diferente da sociedade de classes. O conceito de sociedade de *risco* “designa uma fase de desenvolvimento da sociedade moderna, em que os *riscos* sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (p.15).

Para definir “sociedade de *risco*”, Beck parte da noção de que existem duas fases no desenvolvimento da sociedade moderna: uma em que os efeitos da sociedade industrial são reconhecidos pela própria sociedade como “*riscos* residuais”; outra em que as instituições da sociedade industrial tornam-se as produtoras e legitimadoras das ameaças que elas produziram, porém não podem controlar.

Na sociedade de classes, há a conexão entre *risco* e segurança e, na sociedade de *risco* há a desconexão desses dois fenômenos. Na sociedade de classes, por um lado, havia a confiança na ciência, os *riscos* eram percebidos como pessoais e, dessa forma, passíveis de controle por cada classe, cada pessoa. Como havia uma “racionalização da ciência”, a relação *risco*-segurança se dava de forma “tranquila”, havia confiança.

Já na sociedade de *risco*, sendo uma sociedade “globalizada”, os *riscos* também passam a ter esse caráter global. Aparece a possibilidade, ou seja, o *risco* potencial de destruição de toda humanidade, não havendo mais qualquer garantia de se obter segurança em uma sociedade auto-destrutiva. A ciência já não apresenta racionalidade, senão apenas incertezas. A cada dia uma descoberta suplanta e contradiz uma outra também recente, além dos múltiplos “efeitos colaterais” de suas produções. Com essas produções cientí-



ficas de “incertezas” e de “riscos”, os estudos sobre a aceitabilidade de *riscos* pelas populações vão sendo realizados. A cada dia surgem peritos para pesquisar o grau de aceitação de *riscos*.

Em seu livro “*Risk Society: towards a new modernity*”, Beck (1992) define a fase de alto industrialismo onde a sociedade tem enfrentado enormes *riscos* ambientais e tecnológicos, sendo essa sua marca principal. Tal industrialismo vem produzindo um tipo de sociedade considerada auto-destrutiva, em que o progresso produzido por ela, através da ciência e da tecnologia, tem incrementado novas formas de destruição do planeta. A partir da radicalização de seus princípios desenvolvimentistas, a sociedade industrial produziu, então, a “sociedade de *risco*”, onde ninguém escapa, seja a pessoa de alto poder aquisitivo, seja a de menor renda; seja a mais instruída ou iletrada. Beck assinala que a sociedade de *risco* é uma sociedade catastrófica e deixa claro o quanto a mudança social, em suas linhas mais amplas, é também uma mudança das vidas cotidianas (Lash, 1997).

No que se refere ao conceito de *risco*, Beck relaciona-o diretamente ao conceito de modernidade reflexiva<sup>9</sup>. Assim, *risco* é definido por Beck (1992) como “formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização” (p.21). Em sua publicação de 1997, Beck acrescenta que a definição de perigo é sempre uma *construção* cognitiva e social. *Riscos*, perigos, ameaças escapam à percepção sensorial e excedem a nossa imaginação, como também não podem ser determinados pela ciência.

É, entretanto, Giddens (1997) quem vai precisar melhor a diferença entre a “sociedade de classes” e a “sociedade de *riscos*”. Segundo ele, a sociedade de *riscos*, além de introduzir novos tipos de perigos para a humanidade, também introduz novas relações entre sistemas de conhecimentos, leigos e peritos, num contexto em que a estimativa dos *riscos* é, em grande parte, imponderável.

Nessa perspectiva, a noção de *risco* em Giddens, tornou-se mais central. Ao analisar a “alta modernidade”, diz que não há imagem que possa traduzi-la devido ao fato deste mundo ser mais aberto e contingente e pelo conhecimento que acumulamos sobre nós mesmos e sobre o ambiente material. Afirma, ainda, que vivemos em um mundo em que há um equilíbrio simétrico entre oportunidade e perigo.

Hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais. A decisão individual de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo de alimento, tem múltiplas implicações globais. Não somente afeta a sobrevivência de alguém que vive do outro lado do mundo, mas pode contribuir para um processo de deterioração ecológica que em si tem consequências potenciais para toda a humanidade. Trata-se de uma nova e extraordinária relação entre decisões do dia a dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens



globais sobre a vida individual. Coletividades e agrupamentos intermediários de todos os tipos, incluindo o Estado, não desaparecem, mas realmente tendem a ser reorganizados ou reformulados (Giddens, op.cit).

Para Giddens, vivemos numa sociedade “destradicionalizada” (embora a tradição não tenha desaparecido totalmente), em que a noção de *risco* é central: “viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de opções e *riscos*, concomitantemente, inevitáveis de um sistema orientado para o domínio da natureza e construção reflexiva da história”<sup>10</sup>.

Nesse sentido, afirma que a ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que já possuiu, como resultante da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. “Mas a ciência pode – e na verdade deve – ser encarada como problemática nos termos de suas próprias premissas. O princípio ‘nada é sagrado’ é em si um princípio universalizado, que não isenta nem a aclamada autoridade da ciência”<sup>11</sup>.

Diante do exposto, perguntamos: quais os reflexos desta perspectiva de *risco* na pesquisa em Psicologia? Consideramos que a psicologia deveria não se limitar ao uso de seus instrumentos técnicos tradicionais (psicometria) para a avaliação dos impactos de determinados fenômenos e sua percepção pelas populações. Na verdade, deveria questionar a abordagem psicométrica do risco, a qual busca medir as percepções de “leigos” sobre alguns “perigos” a que estariam submetidos, e se colocar numa perspectiva de constante questionamento a partir das construções dos sujeitos, que são eminentemente sociais.

A psicologia deve compreender o homem enquanto ser em construção, sujeito social e histórico, entendido, como nos aponta Spink e Frezza, a partir das práticas discursivas, “em que estão implicadas ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Constituem, dessa forma, um caminho privilegiado para entender a produção de sentidos no cotidiano...”<sup>12</sup>.

Como vimos, *risco* se configura, hoje, como um signo importante para compreendermos o homem. Focalizar os discursos e situar a concepção de *risco* em relação a tantos outros signos construídos na modernidade – por exemplo, infância, trabalho precoce, subjetividade, saúde, pobreza – possibilita a reflexão sobre as transformações que ocorrem no mundo atual, as quais incidem nos sujeitos, em particular, e na sociedade, em geral, de forma dialética, constituindo-se, também, objetos de estudo da Psicologia.

Apresentamos aqui algumas abordagens que têm em comum a crítica a uma perspectiva de análise técnica e quantitativa dos *riscos*. Em outras palavras, uma crítica àquelas tendências teóricas que ignoram que o signo *risco* é uma construção social e que tanto as causas quanto a magnitude de suas conseqüências são mediadas por interações sociais, histórica e culturalmente produzidas.



As definições de *risco*, adotadas pela ciência quantitativa, são a nosso ver, reducionistas. As outras posições que contrariam esta visão, partem de uma concepção de que o *risco* nem sempre significou apenas “perigo”, mas também a possibilidade tanto de “ganhos”, quanto de perdas em determinadas situações. Assim, *risco* não é uma categoria definível por si só e, por essa característica, hoje a temática do *risco* permeia a produção científica e tecnológica na sociedade, bem como a produção cultural e artística.

### 3. Desconstruindo a noção de risco e propondo um novo paradigma para atuar com a infância

Segundo as educadoras norte-americanas Beth Blue Swadener e Sally Lubeck (1995) no livro “*Children & families at promise: deconstructing the discourse of risk*”, a retórica dominante acerca da definição de *risco* afigura-se, como já vimos em outros autores, como uma tentativa de determinar aonde se encontra o elemento *patológico* e, portanto, *perigoso* em determinado contexto.

No caminho de desconstruir a noção de *risco*, através da análise histórica e de referências contemporâneas, as autoras utilizam-se, a título de ilustração, do contexto escolar e familiar, onde os especialismos incidem. A ação dos peritos tem sido, em geral, continuamente determinar quais são as crianças em “situação de *risco*” e as que estão “fora de *risco*”. Para as autoras, várias pesquisas realizadas na década de 80 e 90 demonstram que todas as crianças se encontram em uma situação de *risco*, mas em níveis diferenciados. Portanto, faz-se necessário que se estabeleçam programas preventivos e intervenções para minimizar os impactos na vida das crianças, de todas as crianças.

Para entendermos melhor a crítica dessas autoras, basta-nos pensar que em geral os cientistas sociais localizam os “fatores de *risco*” na pobreza e no *status* econômico. Se é bem verdade, por exemplo, que o prolongado estresse da situação de pobreza pode facilitar uma ação violenta dos pais contra as crianças, nenhum argumento similar pode ser invocado para explicar as redes internacionais de pedofilia e pornografia infantil na *internet*. Nem as crianças e jovens expostos nem seus abusadores, muitos deles pais das crianças, pertencem às camadas mais pobres. O próprio uso do computador sugere um nível de renda mais alto e uma educação mais sofisticada.

Swadener e Lubeck (op. cit) continuam a argumentar que a noção de *risco* está imbuída também de elementos preconceituosos em relação à cor e à classe econômica. Normalmente as “crianças de *risco*” são negras, pobres, de grupos minoritários e, portanto, acredita-se que a possibilidade de fracasso é inevitável. Apesar desta generalização comum, sabemos que nos Estados Unidos e mesmo em sociedades mais desiguais como a brasileira, ocorrem muitas histórias de sucesso na vida acadêmica de estudantes pobres e de culturas e etnias distintas ou, simplesmente, as suas vidas são passadas sem maiores desastres ou envolvimento criminais.



As autoras dizem que o que se percebe através da divisão em grupos em situação de *risco* e os que estão fora de *risco* é uma tentativa de determinar quem são os apoiados e os que dão apoio, quem são os privilegiados e os que se encontram em uma situação de carência, enfim, define socialmente as vítimas e os responsáveis pela sua “salvação”, quem são os responsáveis por suas vidas e quem são os dependentes de outros para geri-las.

Para as autoras, ainda que originalmente a formulação possa ter sido bem intencionada, o conceito de *risco* (mais precisamente *at risk*) é um diagnóstico e um rótulo que diminui as expectativas em relação a certas crianças e acaba por segregá-las com ofertas de educação desiguais e inferiores.

Como já tratamos, são muitas as definições de “*risco*”, devido às diversas áreas de estudo que trabalham com noções similares, mas cuja abordagem dá-se através de perspectivas diferenciadas. As autoras em questão falam da Medicina, da Sociologia e da Psicologia e vão deter-se em três abordagens específicas: 1. Médica/Saúde Pública, epidemiológica, diríamos. 2. Políticas Sociais, e 3. Psicologia do Desenvolvimento.

A primeira abordagem busca identificar fatores de *risco* internos (hereditários) e externos (como nutrição) para diminuir o impacto no indivíduo e na família. Uma das formas da atuação médica é a de imunizar a criança contra doenças contagiosas. A metáfora da imunização pode ser utilizada nos programas de intervenção contra a pobreza, que se baseiam em diagnósticos de *risco* para “inocular” a população jovem contra o possível fracasso escolar.

Outro aspecto importante é a criação de “mitos médicos” em grande parte devido à forma “espetacular” com que a mídia retrata a “formação” de uma classe social biologicamente inferior. As autoras acima citadas exemplificam com o caso da ampla cobertura das mães que utilizaram drogas durante a gravidez, gerando crianças expostas ao *crack* e à cocaína. As consequências dos atos futuros da criança não são passíveis de serem detectados e não é possível negar o prejuízo da exposição precoce às drogas, mas a forma com que tais assuntos foram abordados leva a acreditar que todas aquelas crianças poderão ser violentas e/ou que elas sejam em maior ou menor grau incapacitados para aprender, com prejuízo no aprendizado escolar.

A segunda abordagem enfoca a questão da “cultura da pobreza”, caracterização das classes sociais a partir de determinadas formas de comportamento, onde a genética também aparece como fator determinante. Nos Estados Unidos, em especial durante a era Reagan e Bush, havia uma série de políticas públicas voltadas para as classes baixas com o objetivo de preparar melhor as crianças consideradas em situação de *risco* para que estas não propiciassem um cenário futuro similar aos países do terceiro mundo.

Para as autoras, as raízes da psicologia do desenvolvimento infantil, no que se refere à concepção de “situação de *risco*” de crianças e famílias, podem ser encontradas na ideologia puritana no período de colonização da



América do Norte. O processo de formação das crianças, sob o puritanismo, refletia a noção de que basicamente todas as crianças são más. No entanto, através da disciplina imposta pelos adultos e por Deus, essa condição poderia ser superada. Ainda que considerando as mudanças ocorridas através dos séculos percebe-se que, de certa forma, as influências do passado permanecem atuantes.

Continuando com os exemplos das autoras, temos que os negros americanos só foram legalmente integrados ao sistema educacional em meados do século XIX. Muitos afro-descendentes venceram a barreira do analfabetismo através de movimentos que lutavam por seus interesses e por uma grande capacidade de liderança. Os índios norte-americanos também não passaram incólumes, pois eram continuamente destituídos de suas tradições e costumes, com o inglês como língua obrigatória e o cristianismo imposto como a única e verdadeira religião. Quando hoje tantas crianças negras são consideradas crianças em situação de *risco*, isso não deixa de apontar para um passado não muito distante em que elas não eram nem possibilitadas de se alfabetizarem.

Grande parte das escolas norte-americanas ainda adota um sistema de ensino que não considera diferenças sociais, culturais e étnicas, não obstante a força de movimentos que procuram mudar esse quadro, tanto no ambiente acadêmico quanto na militância, por mudanças urgentes que considerem a diversidade nas escolas<sup>13</sup>. Contudo, as minorias continuam a sofrer com os preconceitos acerca da sua competência intelectual e da sua capacidade de gerir a vida pessoal e o rótulo *at risk* não tem ajudado a mudar essa visão negativa, senão pelo contrário.

De acordo com entrevistas realizadas pelas autoras, tanto as crianças quando os adultos estão cômnicos da forma em que são caracterizados e acabam por se confrontar de forma contínua com o preconceito e a segregação. As crianças relatam que quando apresentam alguma dificuldade são enviadas para turmas de reforço e denominadas como “em situação de *risco*” e que isso as coloca em uma posição de exposição ao escárnio dos colegas e parentes e um sentimento de inferioridade. Os pais são, de certa forma, tutelados pelo Estado, que formula leis que regulamentam o comportamento dos potencialmente em situação de *risco*.

No Brasil, estudos em Educação, Serviço Social e Psicologia, especialmente sobre o fracasso escolar, demonstram sobejamente que é comum que o desempenho escolar das crianças pobres (geralmente baixo) seja atribuído exclusivamente a características suas. Essas características são vistas como inatas ou incorporadas a elas por sua vivência num ambiente inadequado para o bom desenvolvimento. Nessa perspectiva, questionar as possibilidades intelectuais dessas crianças e subestimá-las tem sido freqüente.

A caracterização de indivíduos e/ou famílias que compõem um subgrupo visto como voltado para o fracasso e para o *risco* não contribui para a superação do preconceito e do estigma social. Ao contrário, acaba por reforçar no-



ções banalizadas e até fundamentadas a partir de uma perspectiva específica, mas que não se afigura como uma verdade inquestionável. Ao *mudarmos o foco do risco para as potencialidades*, isto é, para as qualidades promissoras de cada indivíduo e dos coletivos, isso nos permitirá quebrar as barreiras conceituais que delimitam lugares sociais, buscando implementar na práxis uma mudança de paradigma (Swadener e Lubeck, 1995, e Rizzini, Barker, Cassaniga, 2000).

Voltando ao argumento das autoras de que todas as crianças podem estar em *risco*, com gradações diferenciadas, devemos considerar que a generalização da noção de *risco* que acabou por se cristalizar nas camadas de baixa renda encobre o fato de que há muitas crianças que, embora providas materialmente com as benesses do mundo capitalista, vêem-se sem o acompanhamento freqüente dos pais, treinados para uma vida extremamente competitiva, cumprindo agendas exaustivas de compromissos impostos, resultando numa perda significativa do direito de brincar e das vivências da infância.

Assim, esta segmentação entre quem é e quem não é “de *risco*”, ou vendo populações inteiras como “em situação de *risco*”, afigura-se para as autoras (e para nós) como racista e reducionista, visto ser apenas economicamente fundamentada. Tal divisão justifica, de várias maneiras, a exclusão da participação das esferas do poder de enormes parcelas da população, reforçando uma idéia de inferioridade e incompetência destas pessoas e coletivos, minando sua possibilidade de participação cidadã, sua liderança e auto-estima. Aqueles que convivem com o preconceito e a carência material também possuem as potencialidades necessárias para autogestão e *empowerment* (empoderamento), permitindo a sua integração cidadã através de parcerias na formulação de políticas públicas.

Não podemos aqui deixar de mencionar a existência de uma extensa bibliografia e aprofundados estudos sobre a resiliência e sua crítica ao uso mecânico e determinista do conceito de *risco*<sup>14</sup>. A resiliência começou a ser estudada pelas ciências humanas nos Estados Unidos, na década de 80, identificando a capacidade de um indivíduo resistir aos embates mais duros da vida, ou melhor, diz respeito ao conjunto de fatores que fazem com que um indivíduo consiga sair-se bem depois de uma ou várias experiências catastróficas. O estudo da resiliência tem sido um caminho promissor para localizar e fortalecer o conjunto de elementos sociais e individuais capazes de proteger os jovens e opõe-se ao foco tradicional do *risco*, que incide sobre o fracasso de pessoas e grupos.

Contudo, se o estudo da resiliência ficar centrado no indivíduo, pode colocar toda a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento sobre cada criança, em suas características pessoais inatas. A resiliência só pode ser entendida como dinâmica: de fato ela é a interação entre as características do indivíduo e do seu ambiente. Ou voltamos aos velhos rótulos, aos preconceitos e à crença em indivíduos muito mais fortes, superiores talvez, não importando o que lhes aconteça.



### Deixando perguntas...

E afinal, se a noção de *risco* está estreitamente ligada ao perigo e as práticas inspiradas nessa concepção dirigem-se sempre a um tipo de criança: pobre, favelada, negra, excluída enfim, será que não caberia recuarmos mais no passado e perguntarmos *para quem* elas são *risco* e vemos o preconceito que aí está incorporado (Rizzini, 2000)? Por que, afinal, os autores dos estudos e projetos para a infância que utilizam *risco* muitas vezes não dizem que *risco* um grande contingente de crianças corre? Mesmo a abordagem quantitavista da Epidemiologia de onde vemos que deriva a concepção de *risco/perigo* não utiliza o termo de forma tão abstrata... *Risco* é sempre *risco* de acontecer algum agravo: não há, portanto, crianças, famílias e populações de *risco per si*.

Compreendemos que uma criança brutalizada em casa, que foge para as ruas e está desamparada e onde adultos exploram o trabalho e os corpos de meninos na vizinhança, está em *risco* de ser mais uma vez agredida ou forçada a prostituir-se ou trabalhar em condições difíceis. Compreendemos e achamos urgente atuar em tal situação dolorosa.

Mas, por que todas as crianças de uma favela, muitas na escola, com famílias estáveis, saudáveis, são descritas como em situação de *risco*? Ser pobre é o mesmo que estar em situação de *risco*? Por que não apoiamos preventivamente todas as famílias com programas e serviços de qualidade visando evitar que elas cheguem a encontrar-se em perigo? Não seria mais estratégico proporcionar a todas elas condições favoráveis de crescimento e dirigir às mais afetadas em determinada situação os programas adequados a resolver problemas emergenciais? Se queremos manter o uso generalizado de *risco*, por que não pensamos que todas as crianças estão sob *risco*, embora diferenciado, e asseguramos a todas elas recursos e condições (bases de apoio)<sup>15</sup> adequados a seu desenvolvimento, como aliás está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente: *proteção integral para todas as crianças*? Por que todas não têm seus *direitos* assegurados? E por fim, para que *realmente* tem servido a noção generalizada de *risco* - que sabemos estar indissociavelmente ligada a perigo - para pensar e subsidiar práticas voltadas a infância?

A perspectiva de *risco* é compreendida por nós como uma categoria sempre em construção, impossível de ser dissociada dos demais eventos constituintes do sujeito e, portanto, da sociedade. As sociedades concebem *risco* de forma propícia a cada momento histórico, obedecendo a aspectos que envolvem o desenvolvimento do conhecimento (ciência) e aspectos relacionados a julgamentos morais, entre outros.

Com efeito, houve uma época em que o *risco* fez parte da vida, sem configurar-se como central para a compreensão daquele tipo de sociedade. Significava tanto a possibilidade de perda quanto de ganho nos jogos. Na



atualidade, *risco* é central nas decisões e no modo de viver; significa, fundamentalmente, perigo. Observamos isso a partir da centralidade dele na constituição da Epidemiologia e na Teoria Social.

Não tivemos aqui a pretensão de exaurir o enfoque do *risco* em cada uma das áreas apontadas ao longo do texto. Nossa intenção é observar a interconexão entre elas, separadas para efeito de apresentação. Trouxemos contribuições de alguns estudiosos, mencionadas de forma limitada e não linear, apresentando brechas para inúmeros desdobramentos. Reiteramos que nosso eixo é a corrente teórico-metodológica das práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano. Apesar de nossas limitações, pensamos ter deixado claras as nossas compreensões do fenômeno estudado – *risco*.

Observamos que o *risco* sempre esteve presente na história, variando a construção social que se faz dele. Na história da infância ele também está presente, seja enquanto probabilidade de viver ou morrer, como atesta a história da grande mortalidade materna e infantil até bem recentemente, seja como vulnerabilidade devido à fragilidade da criança reconhecida como um ser em desenvolvimento, que necessita de cuidados.

Yunes & Szymanski (2001) apontam a importância de se estudar “o conjunto de processos decorrentes desta variável, que vincula e faz mediação das condições de *risco* com as manifestações negativas psicopatológicas. *Risco* deve ser sempre pensado como processo e não como variável em si”<sup>16</sup>.

Não há *crianças de risco*: as crianças são promessas que, para serem cumpridas, requerem oportunidades amplas e iguais e direitos a serem cumpridos.

### Notas:

1. Psicanalista, Mestre em Psicologia pela UFRN, docente da Universidade Potiguar.
2. Doutora em Saúde Mental pela UFRJ, docente da UFRN.
3. Doutora em Psicologia pela PUC-Rio, docente da PUC-Rio, pesquisadora do CIESPI.
4. Environmental Protection Agency (EPA), a Food and Drug Administration (FDA) e a Occupational Safety and Health Administration (OSHA).
5. A crítica do autor à Epidemiologia dos riscos é principalmente quanto aos fundamentos matemáticos da concepção de risco.
6. Sobre a delimitação de um objeto e método próprio à Psicologia e sua relação com outras ciências, ver Figueiredo (1995), Figueiredo & Santi (2000) e Japiassu (1983) em seus diversos estudos. Permitimo-nos agrupar as contribuições de uma e outra área do conhecimento, pois, na discussão sobre “risco”, partem de um mesmo eixo epistemológico.
7. Os peritos são os técnicos dos organismos governamentais que subsidiam as políticas de controle de catástrofes, acidentes, perigos de uma maneira geral. A abordagem do risco é feita por esses peritos a partir de



uma metodologia que privilegia os aspectos estatísticos e quantitativistas dos perigos, da percepção de risco pelas populações.

8. Douglas, 1986:92.
9. Tradução nossa. Assim como Beck, Giddens também utiliza a denominação “modernidade reflexiva”, porém, obedecendo a uma dimensão diferenciada, uma vez que entende o termo reflexividade com uma conotação mais individual e intencional. Beck, em oposição, dá a esse termo uma dimensão macrossocial. Para Giddens, a “reflexividade” envolve processos não conscientes nesse nível macrossocial.
10. Giddens cit. por Guivant, 1998:20
11. Giddens, 1997:109.
12. Spink e Frezza, 2000:38.
13. A seguir citaremos apenas alguns nomes de pesquisadores em várias áreas do conhecimento que, por mais de duas décadas, estudaram as escolas americanas. Deles podemos dizer que concordam com a necessidade de mudanças nos programas sociais para a educação, pensam o fortalecimento da resiliência no ambiente escolar e empreendem a crítica sobre *risco*: Emory L. Cowen, James Garbarino, Norman Garmezy, Richard Jessor, Sandra Murray Nettles, Michael Rutter, Emmy E. Werner, Linda Winfield e outros. *From risk to resilience* é uma expressão que poderia resumir muito do pensamento destes autores (Winfield, 1994).
14. Agradecemos a Gary Barker várias sugestões sobre o artigo, chamando atenção para a resiliência, o conceito de *positive youth development* e o de *primary supports*, que vêm questionando *risco* na perspectiva do desenvolvimento infanto-juvenil. Acreditamos que esta pode ser uma direção promissora para os próximos trabalhos que critiquem *risco* e o relacionem com os elementos acima mencionados.
15. Para saber mais sobre bases de apoio, veja RIZZINI, Irene, BARKER, Gary, CASSANIGA, Neide (2000). *Criança não é Risco, é Oportunidade: Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo.
16. Yunes & Szymanski (2001:24, grifo nosso).



## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, Naomar. *A clínica e a Epidemiologia*. Salvador: APCE – Abrasco, 1992.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. A clínica, a Epidemiologia e a Epidemiologia clínica. *Physis*, IMS. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 3, (1), 35-53, 1993.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O objeto da Epidemiologia e nós. *Physis*, 3, (1). IMS. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp.55-76, 1993.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. *Sobre o Risco: Para compreender a Epidemiologia*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: SAGE Publications, 1992.
- BECK, Ulrich. Auto-dissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso significa? In: Anthony GIDDENS, Ulrich BECK & Scott LASH. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução: Magda Lopes (pp. 207-218). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In Anthony GIDDENS, Ulrich BECK & Scott LASH. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997a.
- BREILH, Jaime. Reprodução social e investigação em saúde coletiva: construção do pensamento e debate. In Dina CZERESNIA. Costa (Org.). *Epidemiologia - teoria e objeto* (pp.23-3). São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1994.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto. A cultura da enfermidade como fator de proteção e risco. In R. P Veras (Org.). *Epidemiologia: contextos e pluralidade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, pp.121-131, 1998.
- CASTIEL, Luis David. *A medida do possível... saúde, risco e tecnobiociências*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Editora FIOCRUZ, 1999.
- CORREA, Roberto Alvin. *Dicionário Escolar Francês-Português, Português-Francês*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.
- DOUGLAS, Mary. *Risk acceptability according to the social sciences*. Londres: Rutledge & Kegan Paul, 1985.
- EINSENSTEIN, Evelyn e SOUZA, R. P. *Situação de risco à saúde da criança e adolescentes*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. *Revisitando as Psicologias*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça e SANTI, Pedro Luis Ribeiro de. *Psicologia, uma (nova) introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: EDUC, 2000.
- FISCHHOFF, Baruch. (1994). I scratch out acceptable: a conceptual proposal. In: <http://www.fplc.edu/RISK/rskarts.htm>



- FLETCHENER, R. H.; FLETCHENER, S. W. e WAGNER, E. H. *Epidemiologia Clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FRITZSCHE, Andrew F. (1997). The role of the unconscious in the perception of risks. In <http://www.fplc.edu/RISK/rskarts.htm>
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich, LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (tradução de Magda Lopes). pp 73-133). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- GUIVANT, Julia S. "A trajetória das análises de *risco*: da periferia ao centro da teoria social". In *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: BIB. V. 46, nº 2, pp 3-38, 2º Semestre. 1998.
- LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In. Anthony GIDDENS, Ulrich BECK, Scott LASH. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. (Tradução de Magda Lopes). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. pp 135-206, 1997.
- LASH, Scott, WYNNE, Brian. Introduction. In Ulrich BECK. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage. (pp 1-8), 1992.
- MRECH, L. M.. *Psicanálise e educação: novos operadores de leitura*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- OSSENBRUGGEN, Paul. J. (1998). A Method of Identifying Hazardous Highway Locations Using the Principle of Individual Lifetime Risk. <http://www.fplc.edu/RISK/rskarts.htm>
- PENNA, Maria Lúcia F. Reflexões sobre a Epidemiologia atual. *Physis*, IMS: UERJ. Rio de Janeiro: Relume Dumará. V. 7, nº 1, pp.109-121, 1997.
- PEREIRA, Helena B. C. *Michaelis: pequeno dicionário espanhol-português, português-espanhol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PUY, Ana. Aceptabilidade social de los riesgos. In *Estudios de Psicología*, nº 53, pp. 97-111, Madrid, março 1995.
- REHMANN-SUTTER, Christoph (1998). Involving Others: Towards an Ethical Concept of Risk <http://www.fplc.edu/RISK/rskarts.htm>
- RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: PETROBRÁS/MEC/USU/AMAI, 1997.
- RIZZINI, Irene, BARKER, Gary, CASSANIGA, Neide. *Criança não é Risco, é Oportunidade: Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000.
- ROUQUAYROL, Maria Zélia, GOLDBAUM, M. Epidemiologia, História Natural e Prevenção de Doenças. In Maria Z. ROUQUAYROL, Naomar de ALMEIDA FILHO, *Epidemiologia & Saúde*. (5ª edição). Rio de Janeiro: MEDSI, 1999.
- SERPA, Oswaldo *Dicionário Escolar Inglês-Português, Português-Inglês*. Rio de Janeiro: FAE, 1983.
- SHRADER-FRECHETTE, Kristin S. (1990). Perceived Risks Versus Actual Risks: Managing Hazards Through Negotiation. <http://www.fplc.edu/RISK/rskarts.htm>.



- SPINK, Mary Jane Paris. A Construção Social do Risco no Cenário da AIDS. Projeto Integrado não publicado. PUC-SP-CNPQ (mimeo), 1997.
- SPINK, Mary Jane Paris. Contornos do *risco* na modernidade reflexiva: contribuições da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*. Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, São Paulo, v. 12, nº 1-2, pp. 156-173, janeiro/dezembro, 2000.
- SPINK, Mary Jane Paris, FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In Mary Jane Paris SPINK (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. pp 17-39. São Paulo: Cortez, 2000.
- SPINK, Mary Jane Paris, MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico metodológica para análise das práticas discursivas. In: Mary Jane Paris SPINK (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. pp 41-61. São Paulo: Cortez, 2000.
- SWADENER, Beth Blue e LUBECK, Sally. *Children & Families at Promise: Deconstructing the Discourse of Risk*. Albany: State University of New York Press, 1995.
- VALVERDE Jr., L. James. (1991) The Cognitive Status of Risk: A Response to Thompson. In <http://www.fplc.edu/RISK/rskarts.htm>
- YUNES, Maria Angela Mattar, SZYMANSKI, Heloísa. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: José TAVARES (Org.) *Resiliência e Educação*. pp.13-42. São Paulo: Cortez, 2001.
- WINFIELD, Linda F. (1994) *Resilience*. <http://www.ncrel.org/>. 2000.